



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal da Saúde
Secretaria Executiva de Atenção Básica, Especialidades e Vigilância em Saúde
Coordenadoria de Vigilância em Saúde

PLANO DE AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE FRENTE AOS IMPACTOS DO EL NIÑO

Setembro
2026

Ficha técnica

Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal da Saúde
Secretaria Executiva de Atenção Básica, Especialidades e Vigilância em Saúde
Coordenadoria de Vigilância em Saúde

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1. OBJETIVO.....	10
1.2. ESTRUTURA DO PLANO.....	10
2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	10
2.1. PANORAMA GERAL.....	10
2.2. CAPACIDADE DO SISTEMA DE SAÚDE.....	12
3. PROBLEMAS DE SAÚDE RELACIONADOS AOS DESASTRES ASSOCIADOS AO EL NIÑO.....	12
3.1. ALTAS TEMPERATURAS.....	12
3.2. ESTIAGEM - BAIXA UMIDADE RELATIVA DO AR.....	14
3.3. CHUVAS INTENSAS.....	15
4. SISTEMA DE ALERTA.....	17
4.1. ESTADOS DE CRITICIDADE (CGE E COMDEC).....	17
5. AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE.....	20
5.1. AÇÕES TRANSVERSAIS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE.....	20
5.2. ALTAS TEMPERATURAS.....	21
5.2.1. Observação.....	21
5.2.2. Atenção.....	22
5.2.3. Alerta.....	23
5.2.4. Emergência e Alerta Máximo.....	24
5.2.5. Operação Altas Temperaturas e Tendas PET.....	24
5.3. ESTIAGEM – BAIXA UMIDADE RELATIVA DO AR.....	25
5.3.1. Observação.....	25
5.3.2. Atenção.....	26

5.3.3. Alerta	27
5.3.4. Emergência e Alerta Máximo.....	28
5.4. CHUVAS INTENSAS	28
5.4.1. Observação	28
5.4.2. Atenção	29
5.4.3. Alerta.....	30
5.4.4. Emergência e Alerta Máximo	31
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
7. ANEXOS.....	34
<i>Anexo I – Materiais educativos referentes ao Calor.....</i>	<i>34</i>
<i>Anexo II – Operação Altas Temperaturas – Tendas para cuidados Pet</i>	<i>38</i>

SIGLAS E ABREVIATURAS

AMA - Assistência Médica Ambulatorial

CEINFO - Coordenação de Epidemiologia e Informação

CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

CGE – Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas

CIEVS – Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde

COMDEC – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil

COVISA – Coordenadoria de Vigilância em Saúde

CRS – Coordenadoria Regional de Saúde

DRVS – Divisão Regional de Vigilância em Saúde

DVE – Divisão de Vigilância Epidemiológica

DVISAM – Divisão de Vigilância em Saúde Ambiental

DVPSIS – Divisão de Vigilância de Produtos e Serviços de Interesse da Saúde

DVISAT – Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador

DVZ - Divisão de Vigilância de Zoonoses

FUNCEME – Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

MS - Ministério da Saúde

NOAA - *National Oceanic and Atmospheric Administration*

OPAS – Organização Pan-americana de Saúde

PPC – Plano de Prevenção às Chuvas

PMArbo – Programa Municipal de Vigilância das Arboviroses

PMI – Programa Municipal de Imunizações

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados

SECLIMA – Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas

SMADS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SMS – Secretaria Municipal da Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

UVIS – Unidades de Vigilância em Saúde

VIGIAGUA - Programa de Vigilância em Saúde Ambiental Relacionado à Qualidade da Água para Consumo Humano do Município de São Paulo

VIGIAR - Programa de Vigilância em Saúde Ambiental relacionado a Populações Expostas à Poluição do Ar no Município de São Paulo

VIGIDESASTRES – Programa de Vigilância em Saúde Ambiental Relacionada a Populações Expostas aos Desastres Naturais e/ou Tecnológicos do Município de São Paulo

APRESENTAÇÃO

A oscilação periódica da pressão atmosférica e da temperatura da superfície do entorno do Oceano Pacífico equatorial é uma ocorrência natural presente ao longo da história humana, com períodos de duração de ao menos 06 meses e intervalos de 2 a 7 anos entre si. Quando a oscilação de temperaturas é positiva, o fenômeno é chamado de **El Niño**, enquanto uma oscilação negativa denota uma *La Niña*.

A “força” destes fenômenos é determinada de acordo com a magnitude do aquecimento ou resfriamento anormal das águas equatoriais do Oceano Pacífico. Nota-se que esta força não implica em impactos mais fortes, mas sim que a **probabilidade de ocorrência** dos impactos é maior. Para o *El Niño*:

- **Neutralidade** (ausência do fenômeno): indica uma variação inferior a 0,5°C acima da média esperada para o período;
- **Fraco**: Anomalia de temperatura entre 0,5 e 1,0°C acima da média;
- **Moderado**: Anomalia entre 1,0 e 1,5°C acima da média;
- **Forte**: Anomalia entre 1,5 e 2,0°C acima da média;
- **Muito Forte**: Anomalia superior a 2,0°C acima da média.

Os impactos destas oscilações são identificados em toda a América do Sul, com manifestações diferentes a depender do território em análise. Para o município de São Paulo, os cenários apresentam leves diferenças entre as estações climáticas vigentes. De acordo com o Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas (CGE), espera-se para a primavera de 2026 um cenário de chuvas abaixo da média, aumento da frequência e duração de ondas de calor, um período de estiagem com episódios de baixa umidade relativa do ar e um aumento na demanda por água e energia. Já para o verão de 2026/2027 e início do outono de 2027, o cenário deve ser de temperaturas médias acima do normal e chuvas acima da média com episódios de temporais intensos e mal distribuídos pelo território.

Desta maneira, as principais ameaças esperadas são o **calor intenso**, uma **estiagem com baixa umidade relativa do ar** (especialmente na primavera) e **temporais intensos e isolados** (principalmente no verão) no território paulistano. A Prefeitura de São Paulo apresenta diferentes grupos de trabalho que debatem estas ameaças, especialmente:

- Portaria Prefeito N° 802 de 16 de abril de 2025, que estabelece o “Plano de Contingência para Situações de Altas e Baixas Temperaturas 2025/2026”;
- Decreto n° 63.645 de 07 de agosto de 2024, que dispõe sobre a implantação do Plano

de Contingência para Situações de Baixa Umidade – PCBU; introduz alteração no Decreto nº 60.290, de 4 de junho de 2021, que dispõe sobre as atribuições da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas – SECLIMA, da Secretaria de Governo Municipal;

- Portaria Prefeito nº 1.759 de 01 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Plano de Prevenção às Chuvas - PPC, a ser implementado anualmente e de vigência contínua, e dá outras providências.

1. INTRODUÇÃO

A década de 2020 tem sido marcada por fenômenos naturais extremos em todo o mundo. Chuvas torrenciais, secas prolongadas, ondas de frio e calor extremas e incêndios florestais que perduram por muitos dias estão aparecendo com frequência crescente em diversos biomas do Planeta. No Brasil, todos estes fenômenos aparecem nas duas versões do documento anual “Estado do Clima, Extremos de Clima e Desastres no Brasil” produzido pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, o que indica a preocupação nacional com o tema.

A frequência e intensidade de desastres ambientais também é afetada por sistemas climáticos de escala global, como é o caso do *El Niño*. Como visto, o município de São Paulo deve presenciar episódios intensificados de altas temperaturas, baixa umidade do ar e chuvas intensas.

Em São Paulo, a medição de temperaturas e índices mínimos de umidade relativa do ar diários que podem culminar na ativação de planos e protocolos relacionadas ao calor e à baixa umidade fica a cargo do Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas (CGE) da Prefeitura de São Paulo. Séries históricas referentes à umidade relativa do ar e às temperaturas máximas e mínimas são elaboradas pelo CGE, que coleta estes dados há anos.

Para o **calor extremo**, quando a temperatura ou sensação térmica atingir o patamar igual ou superior a 32°C ou a qualquer momento em que as condições de temperatura alcançarem os valores que definem os estados de criticidades, a cidade entra em Estado de Atenção para altas temperaturas. Os estados de criticidade podem perdurar por poucos dias ou diversas semanas, a depender da caracterização de um episódio singular de altas temperaturas ou de uma onda de calor.

Segundo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), a caracterização de uma **onda de calor** é definida por um período em que as temperaturas máximas ficam ao menos 5°C

acima da média histórica para o mês por cinco ou mais dias consecutivos. Em São Paulo, a extensão territorial e os diferentes padrões construtivos, socioeconômicos e ambientais se apresentam como um desafio para a identificação de um cenário de onda calor.

Para a **baixa umidade do ar** derivada do período de **estiagem**, quando os índices atingirem valores inferiores a 30%, a cidade entra em Estado de Atenção para baixa umidade do ar. Os estados de criticidade são decretados pelo CGE e pela Defesa Civil Municipal e são revistos diariamente, acionados ou não a depender da medição de momento das estações meteorológicas.

Lembra-se que, de acordo com o CGE, valores abaixo dos 60% já podem ser danosos à saúde. Em meses do final do outono e do inverno paulistano, ocorrências de dias com umidade relativa do ar inferior aos 30% costumam ser usuais principalmente pelas características de estiagem destas épocas. Caso o cenário de altas temperaturas e estiagem na primavera se confirme, a probabilidade de aumento de episódios de baixa umidade do ar deve aumentar.

Em relação às **chuvas intensas**, o CGE e a Defesa Civil também apresentam estados de criticidade. Diferentemente dos índices anteriores, que tem estados decretados a partir de medições diretas instantâneas, os estados de criticidade a eventos relacionados às chuvas intensas decretados por estes órgãos (para deslizamentos e para enchentes, alagamentos e inundações) se relacionam aos índices pluviométricos acumulados e características geológicas e climáticas ao longo do tempo.

Usualmente, o período crítico de chuvas no município se situa de outubro a março, com picos de precipitação esperados em janeiro. A principal alteração gerada pelo *El Niño* é a alteração da frequência e da intensidade dos dias chuvosos, que não necessariamente ocorrem em períodos intermitentes e tendem a apresentar uma pluviosidade absoluta maior do que a esperada em regiões menores do território, não necessariamente em toda sua extensão.

Neste ano de 2026, o serviço de meteorologia da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA) emitiu um primeiro alerta de possível formação de um fenômeno *El Niño* no início de maio de 2026. Em 11 de junho de 2026 veio a confirmação de instauração do fenômeno e, em 14 de setembro de 2026, **atingiu-se o patamar de *El Niño* muito forte** com um aquecimento observado de 2°C acima do esperado. Mantendo-se o aquecimento esperado, o pico da anomalia térmica pode chegar à 4°C no mês de novembro, de acordo com o monitoramento e previsões realizadas pela

NOAA.

De acordo com a Nota Técnica – *El Niño* 2026, elaborada conjuntamente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) e Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), as análises observacionais e prognósticas indicam alta probabilidade de estabelecimento de um evento de *El Niño* ao longo do segundo semestre de 2026, com possibilidade de persistência até o início de 2027.

Desta forma, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) deve apresentar mecanismos fortes e bem estruturados para enfrentar as altas temperaturas e possíveis ondas de calor não só durante os períodos de *El Niño*, mas também sempre que o cenário climático demandar.

1.1. OBJETIVO

Desenvolver ações de Vigilância em Saúde, em articulação com os demais órgãos competentes, visando reduzir os impactos dos eventos climáticos associados ao *El Niño* sobre a saúde da população.

1.2. ESTRUTURA DO PLANO

O Plano Municipal de Ações de Vigilância em Saúde frente aos Impactos do *El Niño* está estruturado a partir de uma matriz comum de níveis de resposta e de ações específicas das áreas técnicas da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (COVISA) para três cenários: Altas Temperaturas, Estiagem com Baixa Umidade Relativa do Ar e Chuvas Intensas. As ações são mantidas em rotina e intensificadas conforme a evolução do estado de criticidade estabelecido pelos órgãos oficiais, podendo ocorrer de forma simultânea quando diferentes eventos climáticos forem registrados.

2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

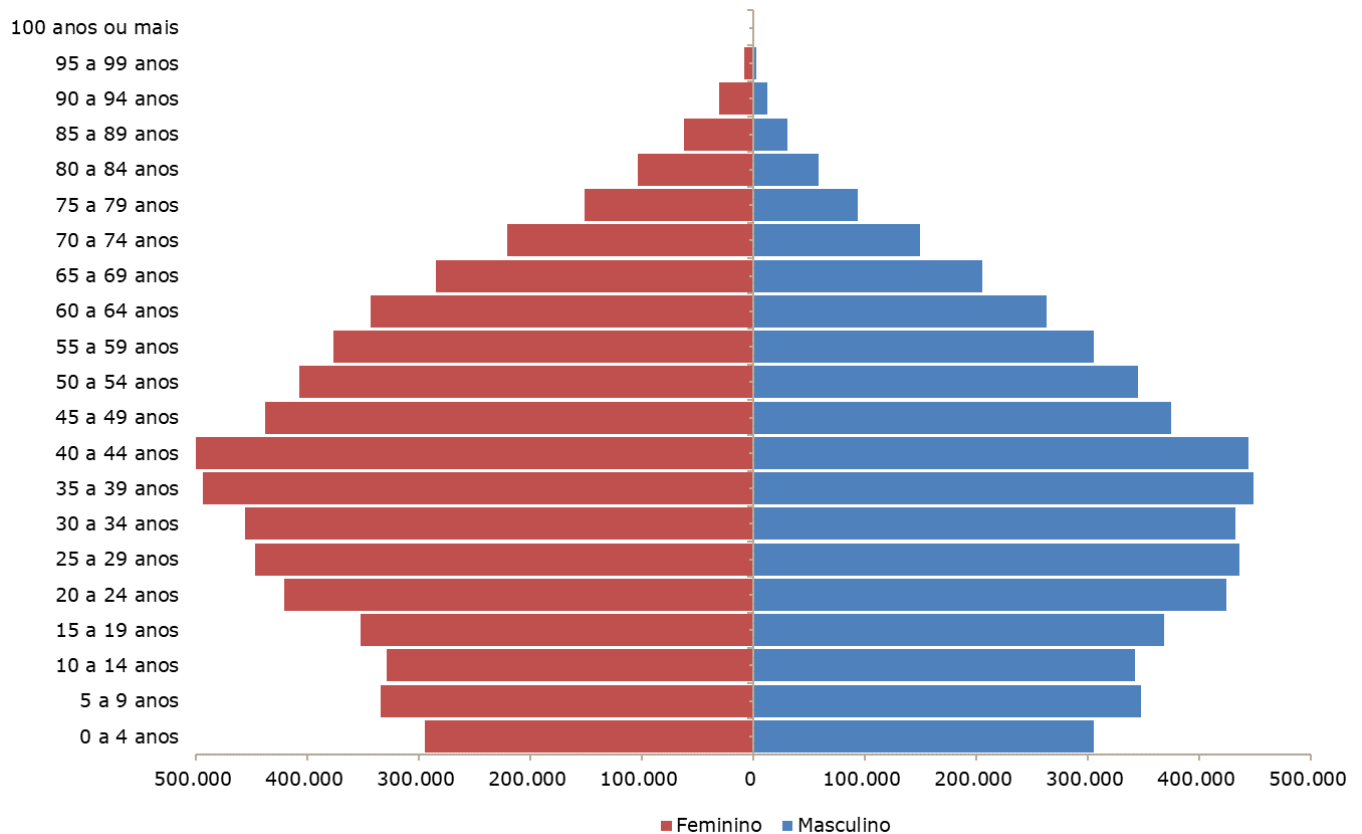
2.1. PANORAMA GERAL

A cidade de São Paulo ocupa uma área de 1.522,683 km² e possui 11.451.999 habitantes, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2022. Com uma densidade demográfica de 7.528,26 habitantes/ km², é a cidade mais populosa do Brasil. A faixa etária mais populosa da cidade é de 35 a 44 anos, como

é possível observar na Figura 1 (IBGE, 2022).

Segundo dados de 2026 da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), a expectativa de vida dos paulistanos em 2024 era de 77,8 anos e a taxa de mortalidade era de 7,7 a cada mil habitantes.

Figura 1. Pirâmide etária da população do município de São Paulo, segundo sexo.



Fonte: Dados do IBGE, 2022.

2.2. CAPACIDADE DO SISTEMA DE SAÚDE

Atualmente, a rede municipal de saúde está estruturada conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Quantidade de equipamentos de saúde por tipo no município de São Paulo em 2026.

Tipo de equipamento	Quantidade
Assistência Médica Ambulatorial (AMA 12h)	7
Atenção Especializada Ambulatorial	51
Atenção às Urgências/Emergências	53
Centro de Referência a Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	6
Cuidados com IST/AIDS	28
Equipamentos da Vigilância em Saúde	39
Hospital	26
Unidade Básica de Saúde (UBS e AMA/UBS)	484
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia	6
Unidade de Referência a Saúde do Idoso	14
Reabilitação	35
Saúde Bucal	40
Saúde Mental	221
Serviço de Atenção Domiciliar	51
Outros Estabelecimentos Especializados	2

Fonte: CEInfo, 07.2026

3. PROBLEMAS DE SAÚDE RELACIONADOS AOS DESASTRES ASSOCIADOS AO EL NIÑO

3.1. ALTAS TEMPERATURAS

A exposição ao calor extremo pode causar insolação grave, coma e morte devido à incapacidade do organismo de regular sua própria temperatura, aumentando o risco com

as ondas de calor que podem agravar doenças crônicas e infecciosas. (OPAS/OMS, 2019). Os efeitos mais comuns relacionados ao Calor Extremo podem ser divididos em impactos diretos e indiretos. Os diretos são aqueles provocados como consequências imediatas ou de curto prazo à exposição humana a longos períodos de calor, enquanto os indiretos surgem com exposição humana a médio ou longo prazo. Os impactos indiretos também podem ocorrer como frutos de piora de quadros de saúde já existentes.

Impactos Diretos:

- Insolação;
- Exaustão pelo calor;
- Estresse térmico;
- Síncope (desmaio) por calor;
- Desidratação;
- Câibras por calor;
- Edema pelo calor;
- Queimaduras solares;
- Miliária (brotoeja).

Impactos Indiretos:

- Transtornos cardiovasculares;
- Respiratórios;
- Renais;
- Neurológicos;
- Gastrointestinais;
- Mentais;
- Agravamento de doenças crônicas;
- Aumento de violência;
- Doenças transmitidas por vetores;
- Redução da produtividade e da capacidade cognitiva;
- Impacto na infraestrutura e nos serviços de saúde.

Grupos mais vulneráveis ao calor:

- Idosos;

- Crianças;
- Gestantes e puérperas;
- Pessoas com doenças crônicas não transmissíveis;
- Pessoas que fazem uso de medicamentos específicos.

As informações relacionadas a impactos do calor na saúde humana também são descritas em materiais educativos a respeito do tema, disponíveis no domínio oficial da COVISA na *internet* e no Anexo I deste documento. Ademais, a Portaria Conjunta nº 629/2024 da SMADS / SMS dispõe sobre as medidas a serem adotadas em situações de altas temperaturas e baixa umidade do ar, especialmente para a população e equipamentos de Assistência à Saúde e Assistência Social do Município de São Paulo.

3.2. ESTIAGEM - BAIXA UMIDADE RELATIVA DO AR

De acordo com os padrões utilizados pelo Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas da Prefeitura de São Paulo (CGE), os índices ideais para a umidade relativa do ar são os acima de 60%. Índices inferiores aos 30% são potencializadores para a contração de agravos à saúde.

Os efeitos mais comuns relacionados à baixa umidade relativa do ar são: o ressecamento de mucosas, que podem ocasionar complicações alérgicas e respiratórias; a exacerbação de doenças respiratórias pré-existentes, como asma, bronquite, rinite e enfisema; o sangramento pelo nariz; e espirros, tosse ou dificuldades para respirar. O ressecamento da pele, a irritação dos olhos com vermelhidão, ardência, coceira e o aumento das conjuntivites alérgicas também podem ser esperados.

Grupos mais vulneráveis à baixos índices de umidade do ar:

- Idosos;
- Crianças;
- Gestantes e puérperas;
- Pessoas com doenças crônicas não transmissíveis;
- Pessoas que fazem uso de medicamentos específicos

As informações relacionadas a impactos da baixa umidade relativa do ar na saúde humana também são descritas em materiais educativos a respeito do tema, disponíveis no domínio oficial da COVISA na *internet*. Ademais, o Informe Técnico sobre Baixa Umidade do Ar do Programa de Vigilância em Saúde Ambiental relacionado a Populações Expostas à

Poluição do Ar no Município de São Paulo (VIGIAR) da COVISA detalha ainda mais os efeitos e medidas recomendadas mediante ocorrência deste desastre.

3.3. CHUVAS INTENSAS

A exposição à água da chuva em alagamentos, inundações ou enxurradas pode culminar em uma série de doenças e agravos à saúde em três momentos diferentes: durante as chuvas, imediatamente após a chuva e a médio prazo após a chuva. Durante a ocorrência, eventos de afogamentos, choques elétricos e acidentes de trabalho (especialmente aos trabalhadores expostos às intempéries) podem vir a ocorrer. Não se descartam lesões graves ou óbitos decorrentes de afogamentos ou traumas físicos de quedas de árvores ou desabamento de estruturas.

Doenças e agravos relacionados aos desastres hidrológicos:

Atentar para o período de incubação das doenças que podem ser curtos ou mais prologados, dependendo do agente etiológico.

- Surto de Doenças diarreicas (até 72 horas após exposição);
- Leptospirose (1 a 30 dias após exposição, em média 7 a 14 dias);
- Febre tifoide (7 a 21 dias após exposição, em média 14 dias);
- Hepatites A (15 a 50 dias após exposição, em média 30 dias);
- Cólera (não há registro de casos autóctones no Brasil, Estado e Município de São Paulo, portanto a probabilidade de adquirir a doença é considerada muito baixa durante exposição ambiental).

Durante o período de limpeza de ambientes afetados e eventual recuperação das áreas atingidas, agravos adicionais apresentam potencial de contaminação aumentado. Mediante modificação do ambiente, além da água e do lixo acumulados, a proliferação de vetores de doenças como o mosquito *Aedes Aegypti*, mosquito transmissor da dengue e outras arboviroses, roedores e escorpiões também é potencializada. A longo prazo, especialmente se o desastre teve impactos estruturais muito fortes e abrangentes, a piora da saúde mental pode vir a ocorrer.

Doenças potencializadas após ocorrência dos desastres:

- Acidentes com animais peçonhentos;

- Acidentes com animais potencialmente transmissores da raiva;
- Tétano acidental;
- Arboviroses (como Dengue, Zika e Chikungunya);
- Agravamento de condições crônicas preexistentes;
- Transtornos relacionados à saúde mental;
- Casos ou surtos de Infecções respiratórias (durante a formação de abrigos para acolhimento de população desalojada).

Ademais, as chuvas intensas podem impactar negativamente as infraestruturas de saneamento básico e fornecimento de energia elétrica. Desta forma, os grupos mais vulneráveis a estes desastres não são apenas os com condições fisiológicas mais fragilizadas, pois todos aqueles que já tenham acesso precário a estes recursos têm riscos maiores de passar por uma interrupção deles.

Grupos mais vulneráveis às chuvas intensas:

- Idosos;
- Crianças;
- Gestantes e puérperas;
- Pessoas com doenças crônicas não transmissíveis;
- Pessoas que fazem uso de medicamentos específicos;
- Pessoas com deficiências que dificultem ou impossibilitem a locomoção;
- Pessoas residentes em habitações vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica (como residentes de favelas e cortiços).

Ações de imunização são importantes para prevenir as doenças e agravos imunopreveníveis, como tétano, sarampo, rubéola, influenza, Covid-19, raiva humana, etc. A Unidade de saúde mais próxima é o local para verificar eventuais atualizações da carteira de vacinação (criança, adulto, gestante, idoso) ou para avaliação de eventuais sinais e sintomas das doenças citadas. Também é o local que fornece orientação sobre desinfecção da água para consumo humano com a utilização de solução de hipoclorito de sódio a 2,5%, que é distribuída pelo Ministério da Saúde.

As Unidades de Saúde locais permanecem em alerta após enchentes, monitorando a população exposta ao risco de doenças de notificação compulsória, como é caso de hepatite A, leptospirose, surtos de doenças diarreicas, tétano acidental, acidentes com animais peçonhentos, ou com animais potencialmente transmissores da raiva.

Mediante contato com a água potencialmente contaminada, recomenda-se procurar um serviço de saúde mediante quadros que apresentem qualquer um dos sinais e sintomas gerais listados abaixo.

Sintomas gerais após a exposição à água ou lama potencialmente contaminadas:

- Febre e calafrios;
- Diarreia, náuseas e vômitos;
- Dores nos músculos, dores de cabeça ou dor generalizada no corpo;
- Icterícia (olhos e pele amarelados);
- Fezes claras e urina escurecida;
- Cansaço, fraqueza e falta de apetite;
- Sangramentos e ferimentos;
- Acidentes com animais peçonhentos;
- Mordedura ou arranhadura de animais, especialmente as com perfuração da pele;
- Síndromes gripais.

Outras informações relacionadas às chuvas intensas são descritas em materiais educativos a respeito do tema, em especial os relacionados ao Plano de Prevenção às Chuvas, disponíveis no domínio oficial da COVISA na internet. Para encontrar a Unidade de Saúde mais próxima, basta utilizar o sistema [Busca Saúde](#) da Prefeitura de São Paulo.

Para consulta de informações sobre agravos e Doenças de notificação compulsória, acesse o [link](#) da página eletrônica da COVISA.

4. SISTEMA DE ALERTA

4.1. ESTADOS DE CRITICIDADE (CGE E COMDEC)

Para monitoramento das condições térmicas, de umidade relativa e de acumulado pluviométrico no Município, são utilizados como parâmetros os históricos de análises climáticas do Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas (CGE) da Prefeitura de São Paulo. Estes parâmetros são aferidos pelas estações meteorológicas e pluviômetros convencionais do CGE, espalhados pelo município de São Paulo em quase todas suas subprefeituras.

Para cada parâmetro, uma métrica para Estados de Criticidade foi criada. Para Altas Temperaturas, os critérios são descritos na Tabela 2. Para Baixa Umidade Relativa do Ar, na Tabela 3. Para as chuvas intensas são duas tabelas: a Tabela 4 para situações de Enchentes, Alagamentos e Inundações e a Tabela 5 para Deslizamentos.

Tabela 2. Estados de Criticidade estabelecidos pela COMDEC e CGE para Altas Temperaturas.

Estágio	Descrição
Estado de Observação	Todo o período de vigência do Plano de Contingência para Altas Temperaturas
Estado de Atenção	Quando as temperaturas absolutas ou sensação térmica atingirem 32°C
Estado de Alerta	Quando as temperaturas absolutas ou sensação térmica atingirem 35°C
Estado de Alerta Máximo	Quando as temperaturas absolutas ou sensação térmica atingirem 37°C - estado excepcional de temperatura que demanda a mobilização do Comitê Permanente de Gestão de Situações de Baixas e Altas Temperaturas

Fonte: Plano de Contingência para Situações de Altas e Baixas Temperaturas 2025 e 2026 da Prefeitura de São Paulo

Tabela 3. Estados de Criticidade estabelecidos pela COMDEC e CGE para Baixa Umidade Relativa do Ar.

Estágio	Descrição
Estado de Observação	Todo o período de vigência do Plano de Contingência para Altas Temperaturas
Estado de Atenção	Quando a umidade relativa do ar fica entre 21 e 30%
Estado de Alerta	Quando a umidade relativa do ar fica entre 12 e 20%
Estado de Emergência	Quando a umidade relativa do ar fica abaixo de 12%

Fonte: Plano de Contingência para Situações de Baixa Umidade da Prefeitura de São Paulo.

Tabela 4. Estados de Criticidade estabelecidos pela COMDEC e CGE para Enchentes, Alagamentos e Inundações.

Estágio	Descrição
Estado de Observação	Todo o período de vigência do Plano de Prevenção às Chuvas e refere-se a cenário em que os níveis de precipitação não possibilitam a ocorrência de enchentes, alagamentos e inundações
Estado de Atenção	Cenário em que os índices pluviométricos previstos e/ou em curso apresentam potencialidade para a ocorrência de enchentes, alagamentos e inundações;
Estado de Alerta	Cenário em que há iminência de transbordamento de rios e córregos e/ou quando são registradas as primeiras ocorrências de enchentes, alagamentos e inundações
Estado de Alerta Máximo	Cenário em que são registradas ocorrências de enchentes, alagamentos e inundações generalizadas e de grandes proporções, comprometendo a capacidade de resposta do Município

Fonte: Plano de Prevenção às Chuvas da Prefeitura de São Paulo.

Tabela 5. Estados de Criticidade estabelecidos pela COMDEC e CGE para Deslizamentos.

Estágio	Descrição
Estado de Observação	Todo o período de vigência do Plano de Prevenção às Chuvas e refere-se a cenário em que os níveis de precipitação não possibilitam a ocorrência de deslizamentos
Estado de Atenção	O acumulado de precipitação está igual ou superior a 50mm (cinquenta milímetros) em 72 (setenta e duas) horas, favorecendo a ocorrência de deslizamentos
Estado de Alerta	Cenário em que são registradas as primeiras ocorrências de deslizamentos
Estado de Alerta Máximo	Cenário em que são registradas ocorrências de deslizamentos generalizadas e de grandes proporções, comprometendo a capacidade de resposta do Município

Fonte: Plano de Prevenção às Chuvas da Prefeitura de São Paulo.

5. AÇÕES DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

A Coordenadoria de Vigilância em Saúde (COVISA), por meio de suas áreas técnicas da Divisão de Vigilância em Saúde Ambiental (DVISAM), Divisão de Vigilância Epidemiológica (DVE), Divisão de Vigilância de Produtos e Serviços de Interesse da Saúde (DVPSIS), Divisão de Vigilância de Zoonoses (DVZ), divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador (DVISAT), Programa Municipal de Vigilância das Arboviroses (PMArbo) e Programa Municipal de Imunizações (PMI), desenvolve ações permanentes de monitoramento, prevenção, vigilância, comunicação de risco e resposta aos eventos climáticos que possam afetar a saúde da população.

As ações são desenvolvidas de forma contínua e intensificadas conforme a evolução das condições climáticas, os estados de criticidade estabelecidos por órgãos oficiais e os protocolos municipais específicos para cada evento.

Para fins de organização deste Plano, as ações são apresentadas em três eixos: Altas Temperaturas, Estiagem – Baixa Umidade Relativa do Ar e Chuvas Intensas, considerando as particularidades de cada cenário.

5.1. AÇÕES TRANSVERSAIS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Independentemente do cenário climático, as áreas técnicas da COVISA deverão, conforme suas atribuições:

- Acompanhar informações meteorológicas e os estados de criticidade emitidos pelos órgãos oficiais, como o NOAA, INPE e CGE, por exemplo;
- Monitorar indicadores epidemiológicos, ambientais e entomológicos relacionados aos possíveis impactos dos eventos climáticos;
- Manter articulação com as UVIS, DRVS, CRS e demais áreas da SMS;
- Produzir e atualizar materiais técnicos, educativos e orientativos;
- Desenvolver ações de comunicação de risco e educação em saúde;
- Orientar os serviços de saúde quanto às medidas de prevenção e resposta;
- Acompanhar estoques estratégicos, insumos, equipamentos e demais recursos necessários à resposta;
- Avaliar a necessidade de adequação das atividades de campo, considerando as condições ambientais e a segurança dos trabalhadores;
- Subsidiar a gestão da COVISA com informações técnicas e operacionais para a

tomada de decisão;

- Fortalecer a articulação com os órgãos municipais envolvidos na resposta aos eventos climáticos, especialmente a Defesa Civil e o CGE;
- Integrar, sistematizar e disseminar, em articulação com o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), informações estratégicas relacionadas aos eventos climáticos e seus possíveis impactos na saúde;
- Intensificar as ações e reorganizar recursos e prioridades conforme a evolução do cenário.

Níveis de resposta:

Nível	Caracterização	Direcionamento das ações
Observação	Condições habituais – Rotina.	Manter monitoramento, atividades regulares, estoques, capacitações, comunicação e preparação.
Atenção	Previsão ou ocorrência de condições com potencial de impacto à saúde ou às atividades da Vigilância.	Intensificar monitoramento, comunicação, preparação territorial e medidas preventivas.
Alerta	Agravamento das condições climáticas ou identificação de impactos relevantes.	Ampliar ações de vigilância e controle, priorizar áreas de risco e readequar recursos.
Emergência e Alerta Máximo	Impactos significativos, persistentes ou territorialmente amplos.	Reorganizar equipes, recursos e prioridades e fortalecer a articulação das instâncias de crise.

Observação: nem todos os níveis se aplicam necessariamente a todos os cenários ou áreas técnicas. A progressão das medidas deve ser definida conforme a situação epidemiológica, ambiental, entomológica, operacional e os critérios dos protocolos específicos.

5.2. ALTAS TEMPERATURAS

As ações específicas para os períodos de altas temperaturas são organizadas segundo os níveis de resposta, mantendo-se as ações transversais descritas na seção 6.1.

5.2.1. Observação

- Participar de grupos técnicos intersecretariais e projetos relacionados às altas

temperaturas;

- Monitorar boletins e dados meteorológicos oficiais, como os produzidos por CGE, INMET e NOAA;
- Elaborar e atualizar materiais e informes técnicos e educativos;
- Realizar capacitação anual dos profissionais das UVIS, DRVS e CRS sobre impactos das altas temperaturas e atuação em emergências climáticas;
- Monitorar indicadores epidemiológicos de zoonoses;
- Orientar as UVIS quanto à manutenção das ações de vigilância, prevenção e controle de zoonoses;
- Manter postos de vacinação antirrábica;
- Manter a observação (recolhimento e avaliação se necessário) e o atendimento de animais suspeitos de doenças graves ou agressão;
- Manter programas de controle populacional de cães e gatos conforme diretrizes públicas;
- Monitorar indicadores epidemiológicos e entomológicos das arboviroses;
- Orientar as UVIS quanto às atividades de vigilância e controle vetorial;
- Acompanhar estoques estratégicos de insumos, equipamentos e materiais necessários às ações de vigilância e resposta.
- Manter a disponibilidade de telas para reservatórios de água;
- Manter as atividades de rotina de combate ao *Aedes aegypti*;

Orientar estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária sobre medidas para garantir a qualidade e a segurança na conservação de alimentos, medicamentos e produtos de interesse à saúde, água, higiene, ventilação/climatização e demais condições sanitárias de funcionamento.

5.2.2. Atenção

- Encaminhar alertas meteorológicos às UVIS e orientar sua divulgação aos equipamentos de saúde de referência;
- Estabelecer fluxos de comunicação de risco e ações de educação em saúde direcionadas à população, em articulação intersetorial com as demais secretarias envolvidas no enfrentamento às ondas de calor;
- Orientar adaptações na organização do trabalho visando a proteção dos trabalhadores;

- Fortalecer o fluxo de informações com os equipamentos de saúde e órgãos envolvidos;
- Intensificar o monitoramento epidemiológico de zoonoses, avaliando possíveis alterações nos indicadores epidemiológicos;
- Emitir comunicados técnicos às UVIS com orientações para adequação das atividades de campo em função das condições ambientais e alterações dos cenários epidemiológicos, com especial atenção para arboviroses, leptospirose e animais peçonhentos;
- Avaliar a necessidade de intensificação das ações de controle de vetores e animais peçonhentos nas áreas com maior risco epidemiológico;
- Reforçar o acompanhamento das áreas de ocorrência de leptospirose, priorizando locais com histórico de transmissão, conforme o Mapa de Risco;
- Manter postos de vacinação contra a raiva em cães e gatos;
- Reforçar a observação (recolhimento e avaliação se necessário) e atendimento de animais suspeitos de doenças graves ou agressão;
- Reforçar os programas voltados ao controle populacional de cães e gatos conforme diretrizes públicas;
- Intensificar o monitoramento epidemiológico e entomológico das arboviroses urbanas;
- Avaliar a necessidade de intensificação das ações de controle vetorial nas áreas com maior risco epidemiológico e entomológico;
- Priorizar áreas de maior vulnerabilidade epidemiológica e entomológica;
- Intensificar orientações aos estabelecimentos prioritários e acompanhar situações em que as altas temperaturas possam comprometer a conservação de produtos, alimentos, medicamentos ou as condições sanitárias de funcionamento.

5.2.3. Alerta

Manter as ações dos níveis anteriores e intensificar, conforme necessidade.

- Ampliar as ações de vigilância e controle vetorial e intensificar a vigilância epidemiológica e entomológica, priorizando áreas críticas ou de maior risco;
- Readequar as atividades em campo que possam expor trabalhadores ao calor intenso, considerando os cenários epidemiológicos observados em cada localidade;
- Orientar as DRVS e as UVIS quanto à organização de forças-tarefa e à reorganização de equipes e recursos para resposta a cenários localizados de aumento da

transmissão ou da infestação vetorial;

- Orientar a execução das medidas previstas no Plano de Enfrentamento das Arboviroses em cenários de contingência, quando atingidos os níveis de alerta ou emergência;
- Ampliar a comunicação com as UVIS, com acompanhamento diário da situação operacional e dos impactos das altas temperaturas sobre as atividades de vigilância, prevenção e controle;
- Priorizar o acompanhamento dos estabelecimentos e atividades com maior vulnerabilidade, identificando e avaliando os riscos que possam comprometer a segurança sanitária dos produtos ou serviços;
- Avaliar a necessidade de instalação do Comitê de Crise, por meio do Gabinete COVISA;
- Intensificar, em articulação com o CIEVS, a consolidação e análise das informações relacionadas aos impactos do evento, subsidiando a gestão da COVISA na tomada de decisão durante o período de alerta.

5.2.4. Emergência e Alerta Máximo

Manter as ações dos níveis anteriores, com concentração de recursos e prioridades nas áreas de maior impacto.

- Priorizar as áreas mais vulneráveis;
- Reorganizar recursos humanos e materiais;
- Participar do Comitê de Crise, quando acionado;
- Intensificar a comunicação de risco;
- Apoiar a tomada de decisão da COVISA.

5.2.5. Operação Altas Temperaturas e Tendas PET

A Operação Altas Temperaturas constitui medida intersetorial de proteção à saúde e ao bem-estar da população durante episódios de calor intenso, com a instalação de tendas em pontos estratégicos do Município, destinadas a oferecer espaços de proteção contra a exposição ao calor, com sombra, água potável, hidratação e orientações sobre medidas de prevenção e cuidados à saúde. A operação integra ações articuladas entre diferentes órgãos e secretarias municipais, conforme os protocolos e planos de contingência vigentes.

No âmbito da SMS, as ações relacionadas à proteção da população e dos animais são desenvolvidas de forma articulada com as áreas técnicas envolvidas, incluindo a COVISA e a DVZ.

As Tendas para Cuidados PET integram a Operação Altas Temperaturas e têm como finalidade oferecer suporte aos animais durante os períodos de calor intenso, contribuindo para a redução dos impactos decorrentes da exposição a temperaturas elevadas. As ações compreendem a oferta de água aos animais e orientações aos tutores sobre medidas de proteção, incluindo a manutenção dos animais em locais frescos e protegidos do sol, a disponibilidade permanente de água e a adoção de cuidados durante os períodos de maior calor.

As Tendas PET são instaladas junto às estruturas da operação, em pontos estratégicos do Município, acompanhando a ativação da Operação Altas Temperaturas. As tendas da operação funcionam das 10h às 16h, conforme as condições e critérios estabelecidos para cada período de acionamento.

O acionamento, os critérios, os períodos de funcionamento e os pontos de instalação das tendas deverão observar as diretrizes estabelecidas no Protocolo Municipal de Enfrentamento ao Calor Extremo e no Plano de Contingência para Situações de Altas e Baixas Temperaturas vigentes, bem como as orientações específicas da Operação Altas Temperaturas, conforme detalhado no Anexo II deste Plano.

5.3. ESTIAGEM – BAIXA UMIDADE RELATIVA DO AR

As ações específicas para a baixa umidade relativa do ar derivada de um período de estiagem são organizadas segundo os níveis de resposta, mantendo-se as ações transversais descritas na seção 6.1.

5.3.1. Observação

- Monitorar boletins e dados meteorológicos oficiais produzidos pelo CGE, especialmente informações relacionadas à baixa umidade relativa do ar e às condições de estiagem;
- Participar do grupo técnico intersecretarial do Plano de Contingência de Situações de Baixa Umidade – PCBU, e projetos relacionados à baixa umidade relativa do ar;
- Realizar capacitação anual das UVIS e Unidades Sentinela do VIGIAR sobre os impactos da exposição a poluentes atmosféricos e da baixa umidade relativa do ar na saúde humana;

- Orientar profissionais da Educação, quando solicitado, sobre os cuidados à saúde das crianças diante de estados de baixa umidade;
- Publicizar os dados do Programa VIGIAR por meio de boletim mensal na página oficial da COVISA;
- Elaborar e atualizar materiais técnicos e educativos relacionados aos impactos da estiagem e da baixa umidade relativa do ar;
- Monitorar indicadores epidemiológicos de zoonoses;
- Orientar as UVIS quanto às ações de vigilância, prevenção e controle de zoonoses;
- Manter postos de vacinação antirrábica;
- Manter a observação e o atendimento de animais suspeitos de doenças graves ou envolvidos em agressões;
- Manter programas de controle populacional de cães e gatos, conforme diretrizes públicas;
- Monitorar indicadores epidemiológicos e entomológicos das arboviroses;
- Orientar as UVIS quanto às atividades de vigilância e controle vetorial;
- Acompanhar estoques estratégicos de insumos e equipamentos necessários às ações de vigilância e controle;
- Manter a disponibilidade de telas para reservatórios de água;
- Manter as atividades de rotina de combate ao *Aedes aegypti*;
- Orientar estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária sobre manutenção da disponibilidade e qualidade da água, higiene dos ambientes, conservação de alimentos e produtos e a manutenção das condições sanitárias de funcionamento;
- Orientar empresas e trabalhadores sobre prevenção dos efeitos da baixa umidade, hidratação e cuidados em atividades externas ou ambientes com poeira e material particulado.

5.3.2. Atenção

- Encaminhar às UVIS e DRE, o decreto de criticidade para Baixa Umidade do Ar com as diretrizes de cuidados à saúde, as UVIS e DRE replicam este comunicado, direcionando as orientações para os respectivos equipamentos de saúde e unidades de ensino de referência. Entre as medidas fundamentais a serem adotadas, destacam-se pausas para hidratação e a suspensão de exercícios físicos ao ar livre durante os períodos críticos;
- Elaborar e divulgar informes técnicos aos profissionais e comunicados de saúde à

população reforçando as orientações para redução dos impactos da baixa umidade relativa do ar na saúde.

- Intensificar o monitoramento de zoonoses e acidentes com animais peçonhentos;
- Manter o monitoramento epidemiológico e entomológico das arboviroses urbanas e as atividades de rotina de vigilância e controle do *Aedes aegypti*;
- Orientar as UVIS quanto à readequação das atividades de campo em função das condições de baixa umidade relativa do ar, avaliando a necessidade de reorganização, readequação de atividades, conforme as condições ambientais e os riscos aos trabalhadores;
- Priorizar o acompanhamento dos estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária mais vulneráveis a problemas de abastecimento de água ou de manutenção das condições sanitárias de funcionamento.

5.3.3. Alerta

Manter as ações dos níveis anteriores e intensificar, conforme necessidade.

- Intensificar as medidas de proteção dos trabalhadores, vigilância epidemiológica, manejo de zoonoses e animais peçonhentos, arboviroses e comunicação de risco, priorizando áreas e populações mais vulneráveis;
- Reforçar a comunicação com as DRE e os serviços de saúde e recomendar a suspensão ou readequação de atividades ao ar livre que aumentem a exposição de grupos vulneráveis nos períodos de menor umidade;
- Reavaliar as ações e atividades ao ar livre feitas pelas equipes das UVIS com vistas à orientação para reduzir o risco de exposição à baixa umidade relativa do ar, especialmente quando houver previsão de atingir níveis críticos.
- Avaliar a necessidade de inspeções sanitárias ou outras ações de vigilância nos estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária diante de situação que possa representar risco à saúde;
- Intensificar, em articulação com o CIEVS, a consolidação e análise das informações relacionadas aos impactos do evento, subsidiando a gestão da COVISA na tomada de decisão durante o período de alerta.

5.3.4. Emergência e Alerta Máximo

Manter as ações dos níveis anteriores, com concentração de recursos nas áreas de maior impacto e reforço das medidas de proteção à saúde da população e dos trabalhadores.

- Priorizar áreas e populações mais vulneráveis;
- Reorganizar recursos e atividades conforme a gravidade do cenário;
- Reforçar a comunicação de risco;
- Avaliar a necessidade de medidas excepcionais para proteção dos trabalhadores e da população;

Readequar atividades de maior exposição à baixa umidade relativa do ar para atividades menos expositivas ou mais seguras nestes cenários, sempre que possível. Um exemplo é o uso de tecnologias que substituam o trabalho operacional de campo com mais segurança e que garantam a proteção da população contra os agravos à saúde, como em ações de combate a zoonoses e arboviroses.

5.4. CHUVAS INTENSAS

As ações específicas para chuvas intensas são organizadas segundo os níveis de resposta, mantendo-se as ações transversais descritas na seção 6.1.

5.4.1. Observação

- Participar de grupos técnicos intersecretariais como o Plano de Prevenção às Chuvas (PPC) e de projetos relacionados às chuvas;
- Manter as ações de vigilância em saúde alinhadas ao Plano de Contingência de Desastres Hidrológicos, instrumento normativo fundamental para subsidiar a resposta institucional a desastres de origem hidrológica;
- Programa Vigidesastres deve coordenar o Comitê Interno da COVISA no âmbito do PPC;
- Monitorar boletins e dados meteorológicos oficiais e acompanhar a evolução dos cenários de risco relacionados às chuvas;
- Elaborar e/ou atualizar materiais orientativos, informes técnicos e estratégias de comunicação de risco para profissionais, serviços e população, com atenção especial a leptospirose;
- Realizar capacitação anual dos profissionais das UVIS sobre impactos das chuvas intensas e atuação em emergências;

- Desenvolver ações educativas e de comunicação de risco;
- Participar de simulados de mesa e de campo coordenados pela Defesa Civil;
- Realizar, quando necessário, ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano no âmbito do VIGIAGUA;
- Manter o monitoramento de zoonoses e acidentes com animais peçonhentos, concentrando esforços nas situações e áreas de maior risco epidemiológico, com atenção especial à leptospirose;
- Acompanhar áreas de risco e readequar atividades de campo conforme as condições ambientais;
- Monitorar indicadores epidemiológicos e entomológicos das arboviroses e orientar as UVIS quanto às atividades de vigilância e controle vetorial;
- Acompanhar estoques estratégicos de insumos e equipamentos necessários às ações de vigilância e resposta;
- Manter a disponibilidade de telas para reservatórios de água;
- Manter as atividades de rotina de combate ao *Aedes aegypti*, com intensificação conforme o cenário epidemiológico e as condições ambientais;
- Identificar estabelecimentos sujeitos à vigilância localizados em áreas de risco e orientar sobre medidas preventivas para garantir a integridade das instalações, qualidade e segurança de alimentos, medicamentos, produtos de interesse à saúde, equipamentos e da água;
- Monitorar agravos e doenças relacionados às chuvas;
- Monitorar doenças de transmissão hídrica e alimentar, incluindo notificações e painéis de monitoramento;

Atualizar manuais e documentos técnicos de vigilância relacionados a doenças de transmissão hídrica e alimentar.

5.4.2. Atenção

- Encaminhar alertas às UVIS e aos serviços de saúde sobre ameaças e perigos relacionados às chuvas intensas, orientando quanto às medidas de proteção e resposta;
- Estabelecer comunicação de risco sobre os riscos associados ao contato com água ou solo potencialmente contaminados;
- Orientar os serviços de saúde quanto à identificação e à notificação de casos suspeitos de doenças e agravos relacionados às chuvas;

- Realizar inspeções do programa VIGIDESASTRES após ocorrências de interesse à saúde pública quando houver condições seguras de acesso e trânsito, após a drenagem das águas;
- Realizar busca ativa de eventos de interesse à saúde pública nas áreas afetadas;
- Monitorar e mapear as áreas mais afetadas, subsidiando a priorização das ações de vigilância e resposta;
- Intensificar o monitoramento de zoonoses e acidentes com animais peçonhentos;
- Intensificar o monitoramento de arboviroses e de recipientes com potencial de acúmulo de água, especialmente os de grande volume, utilizando drones sempre que possível;
- Priorizar o acompanhamento dos estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária situados nas áreas de risco. Avaliar danos e condições sanitárias, orientando as providências necessárias para continuidade ou retomada segura das atividades;
- Intensificar o monitoramento de doenças de transmissão hídrica e alimentar.

5.4.3. Alerta

Manter e intensificar as ações dos níveis anteriores, priorizando as áreas afetadas e aquelas com maior risco à saúde.

- Priorizar as inspeções no âmbito do VIGIDESASTRES, direcionando-as às áreas com maior impacto e risco à saúde pública;
- Reorganizar equipes e recursos para ampliar a capacidade de resposta nas áreas prioritárias;
- Intensificar a vigilância epidemiológica nas áreas afetadas, com atenção aos eventos de interesse à saúde relacionados às chuvas;
- Ampliar o apoio técnico e operacional às UVIS e às áreas mais afetadas;
- Intensificar o monitoramento de doenças de transmissão hídrica e alimentar e das arboviroses;
- Atentar-se às explosões populacionais de mosquitos causadas pelo acúmulo excessivo de água em criadouros naturais e artificiais. Ter especial atenção às infestações por *Culex sp.*;
- Concentrar as ações nos estabelecimentos e serviços sujeitos à vigilância sanitária mais afetados. Intensificar inspeções sanitárias e adotar as medidas necessárias para impedir atividades ou comercialização de produtos que representem risco à saúde;

- Participar das instâncias de gestão de crise, quando acionadas;
- Intensificar, em articulação com o CIEVS, a consolidação e análise das informações relacionadas aos impactos do evento, subsidiando a gestão da COVISA na tomada de decisão durante o período de alerta.

5.4.4. Emergência e Alerta Máximo

Manter as ações dos níveis anteriores e concentrar a capacidade operacional nas situações de maior gravidade, priorizando a proteção da população e dos trabalhadores e a articulação com a Defesa Civil e demais órgãos envolvidos.

- Realizar inspeções quando houver condições seguras de acesso, priorizando situações de urgência e risco iminente à saúde pública;
- Remanejar recursos humanos, materiais e equipamentos para atendimento das áreas críticas e das situações prioritárias;
- Apoiar as ações da Defesa Civil no âmbito das competências da vigilância em saúde;
- Intensificar a vigilância de leptospirose, doenças de transmissão hídrica e alimentar e outros agravos relacionados ao evento, com priorização das situações de maior risco;
- Adotar medidas de controle diante de aumentos expressivos da densidade populacional de mosquitos associados ao acúmulo de água, com especial atenção às infestações por *Culex sp.*;
- Reforçar a comunicação de risco e subsidiar a tomada de decisão da COVISA com informações atualizadas sobre a situação epidemiológica, ambiental e operacional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. **Cidades e Estados do Brasil. 2022.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 set 2026. Base de dados.

INPE; INMET; FUNCEME; CENSIPAM. *Nota Técnica – El Niño 2026*. Brasília, DF: INPE; INMET; FUNCEME; CENSIPAM, abr. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/NotaTecnicaConjuntaElNino2026_INPEINMETFuncemeCENSIPAM.pdf Acesso em 14 set 2026.

NOAA, National Oceanic and Atmospheric Administration. Disponível em: https://www.cpc.ncep.noaa.gov/products/analysis_monitoring/lanina/enso_evolution-status-fcsts-web.pdf . Acesso em: 16 set. 2026.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. **Painel SEADE Municípios.** São Paulo/SP: SEADE, 2026. Disponível em: <https://municipios.seade.gov.br/>. Acesso em: 16 set. 2026. Base de dados.

SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 63.645 de 07 de agosto de 2024**, que dispõe sobre a implantação do Plano de Contingência para Situações de Baixa Umidade – PCBU; introduz alteração no Decreto nº 60.290, de 4 de junho de 2021, que dispõe sobre as atribuições da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas – SECLIMA, da Secretaria de Governo Municipal. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, 07 ago. 2025. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/decreto-63645-de-7-de-agosto-de-2024>

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenadoria de Vigilância em Saúde. Informe Técnico sobre Baixa Umidade do Ar. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 2021. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/informe_programa_VIGI_AR_03_12_2021.pdf . Acesso em: 16 set. 2026.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal da Saúde. **Número de estabelecimentos de saúde por Coordenadoria Regional de Saúde – julho de 2026.** São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 2026. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/documents/d/saude/n_estabservicos_crs_julho2026 Acesso

em: 16 set. 2026.

SÃO PAULO (Município). **Portaria PREF nº 802, de 16 de abril de 2025**. Estabelece o Plano de Contingência para Situações de Altas e Baixas Temperaturas 2025 e 2026. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, 17 abr. 2025. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/portaria-prefeito-pref-802-de-16-de-abril-de-2025>.

Acesso em: 22 mai. 2026.

SÃO PAULO (Município). **Portaria Prefeito nº 1.759 de 01 de outubro de 2025**, que dispõe sobre o Plano de Prevenção às Chuvas - PPC, a ser implementado anualmente e de vigência contínua, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, 1 out. 2025. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/portaria-prefeito-pref-1759-de-1-de-outubro-de-2025> Acesso em: 16 set. 2026.

7. ANEXOS

Anexo I – Materiais educativos referentes ao Calor.



CUIDADOS COM A SAÚDE

ALTAS TEMPERATURAS E BAIXA UMIDADE DO AR



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

As **altas temperaturas** e a **baixa umidade do ar** podem causar desconforto, aumento da perda de líquidos e sais minerais pela transpiração, ressecamento da pele e intensificação da sensação de calor, entre outros efeitos, necessitando que medidas sejam adotadas para proteção a sua saúde.



- Permaneça em **locais arejados e protegidos do sol**.
- **Umidifique o ambiente** com vaporizadores, toalhas molhadas e/ou recipientes com água.
- **Hidrate-se e ofereça água fresca** à vontade para crianças e idosos (exceto em casos de contraindicação médica).
- Aplique **soro fisiológico** nas narinas.
- Priorize uma **alimentação leve**, pouco condimentada, com frutas, legumes e saladas.
- **Use filtro solar** e reaplique sempre que suar muito.
- **Utilize chapéu, óculos escuros e roupas leves**, de preferência claras, para evitar a exposição ao calor.



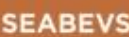
- **Evite exercícios físicos nos horários mais quentes** e a exposição direta ao sol, principalmente entre 10h e 16h.
- **Evite aglomerações.**
- **Evite a ingestão de bebidas alcoólicas**, gaseificadas ou muito doces.
- **Não deixe idosos, crianças e pets em veículos estacionados ao ar livre**, mesmo que por curto período.

ATENÇÃO PARA OS SINAIS E SINTOMAS

Desidratação	Exaustão pelo calor	Insolação	Problemas respiratórios
			
• Sede intensa; • Boca e pele secas; • Urina escura e em menor quantidade; • Tontura ou vertigem.	• Sudorese excessiva; • Fraqueza ou fadiga; • Náuseas ou vômitos; • Dor de cabeça; • Desmaios.	• Pele quente e seca (sem suor); • Confusão ou desorientação; • Convulsões; • Perda de consciência.	• Dificuldade para respirar; • Tosse seca; • Irritação nos olhos, nariz e garganta.

Na presença desses sinais e sintomas: procure um local fresco ou refrigerado para baixar a temperatura; e busque atendimento em um serviço de saúde.

Para mais informações acesse o qrcode ou ligue 156.



Secretaria Executiva
Atenção Básica
Especialidades e
Vigilância em Saúde



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**



CUIDADOS COM A SAÚDE

LAVAGEM NASAL



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

ALTAS TEMPERATURAS E BAIXA UMIDADE DO AR

A **lavagem nasal** com soro fisiológico 0,9% é um procedimento simples e seguro e pode ser feita de diferentes formas com uso de conta gotas, seringas, flaconetes, jatos nasais contínuos e dispositivos para lavagem em alto volume. A técnica é recomendada para limpar o nariz e aliviar a congestão nasal, sendo indicada também em dias de tempo seco, diminuindo o muco nasal e umidificando a narina.



Remove muco, poeira, bactérias e vírus.



Alivia a congestão nasal, melhora a respiração.



Melhora a secura e irritação.



Melhora sintomas de sinusite e da rinite.



Reduzir a inflamação das narinas.

COMO FAZER A LAVAGEM NASAL DE FORMA SEGURA?

- 1 Lavar as mãos antes e depois do procedimento
- 2 Utilizar **soro fisiológico 0,9%** flaconete 10 ml
- 3 Aplicar **meio frasco (5ml)** em cada narina da seguinte forma:

- Com o **corpo inclinado para frente** sobre uma pia, coloque a ponta do flaconete de soro fisiológico na entrada da narina;
- Pressione o flaconete para o soro entrar na narina;
- Respire pela boca enquanto isso;
- Repita o procedimento na outra narina.



Para mais informações acesse o qrcode ou ligue 156.



SEABEVS

Secretaria Executiva
Atenção Básica,
Especialidades e
Vigilância em Saúde



PREFEITURA DE
SÃO PAULO



OPERAÇÃO ALTAS TEMPERATURAS



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

CUIDADOS COM A SUA SAÚDE

Altas temperaturas

Quando ocorre o aumento das temperaturas e exposição ao sol, os cuidados com a saúde precisam ser redobrados, devido à maior perda de líquidos e de sais minerais pela transpiração, sendo as crianças, os idosos e a população em situação de rua os mais sensíveis a essas perdas.

A Prefeitura de São Paulo orienta:



- **Bebês e crianças:** oferecer líquido com frequência, lembrando que a água deve ser sempre filtrada ou fervida.
- **Idosos, maiores de 65 anos, pessoas doentes, especialmente cardíacos ou com pressão alta, acamados, portadores de doenças crônicas (cardiovasculares, respiratórias, mentais, renais, diabetes, alcoolismo) e pessoas que tomam medicamentos de uso contínuo:** oferecer líquidos com frequência, a não ser que haja contraindicação médica;
- **Trabalhadores que atuam em área externa:** usar roupas folgadas, de tecidos leves e claros. Usar um chapéu ou boné, e óculos escuros, de boa qualidade para não prejudicar os olhos. Também usar sempre filtro solar, reaplicando-o novamente após algumas horas ou quando transpirar muito



Atenção aos sintomas:

- Cãibras,
- Esgotamento pelo calor (sede, cansaço, dor de cabeça, suor, palidez, náuseas, vômitos, desmaio);
- Insolação (pele vermelha, quente e seca, sem suor, pulso rápido, dor de cabeça, tontura, confusão ou agressividade, temperatura do corpo elevada, perda de consciência e até convulsões)

ATENÇÃO!

- Na presença de sintomas, importante permanecer em local fresco ou refrigerado e tentar baixar a temperatura, e buscar atendimento em um serviço de saúde.

PARA MAIS INFORMAÇÕES LIGUE
156 OU ACESSO O QR CODE!



SEABEVS



PREFEITURA DE
SÃO PAULO



OPERAÇÃO ALTAS TEMPERATURAS



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

CUIDADOS COM A SAÚDE DO SEU PET

Altas temperaturas

Quando ocorre o aumento das temperaturas e exposição ao sol, os cuidados com a saúde do seu pet devem ser redobrados. No calor, os cães e gatos ficam ofegantes, mais apáticos, as vezes perdem o apetite e podem desidratar com facilidade.

A Prefeitura de São Paulo orienta:

- Os animais devem permanecer em local fresco e com espaço para se abrigarem do sol;
- Água sempre à vontade;
- Os responsáveis devem ser orientados a evitar caminhadas com o animal nas horas quentes do dia. As atividades devem ser priorizadas antes das 9h ou depois das 17h.



COVISA
COORDENADORIA DE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE



SEABEVS

Secretaria Executiva
Atenção Básica
Especialidades e
Vigilância em Saúde



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Anexo II – Operação Altas Temperaturas – Tendas para cuidados Pet

1. APRESENTAÇÃO

O aumento da frequência e intensidade dos eventos de calor extremo, associado às mudanças climáticas, representa risco à saúde e ao bem-estar da população e demanda a adoção de medidas de prevenção e proteção.

O **Plano de Contingência para Altas Temperaturas da Secretaria Municipal da Saúde – SMS 2026/2027** estabelece ações para preparação e resposta aos efeitos das altas temperaturas no Município de São Paulo, considerando os diferentes estados de criticidade definidos a partir das informações do Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas – CGE e da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

No âmbito dessas ações, a **Operação Altas Temperaturas – Tendas para Cuidados PET** integra as medidas desenvolvidas para proteção dos animais durante períodos de temperaturas elevadas.

As ações das Tendas para Cuidados PET tiveram início em **20 de setembro de 2023**, no contexto da Operação Altas Temperaturas do Município de São Paulo.

2. OBJETIVO

As Tendas para Cuidados PET têm como objetivo oferecer suporte aos animais durante a Operação Altas Temperaturas, contribuindo para a redução dos impactos decorrentes da exposição ao calor.

A ação compreende a **oferta de água aos animais e orientações aos tutores**, integrando os cuidados destinados aos animais às demais medidas desenvolvidas durante a Operação Altas Temperaturas.

3. CARÁTER INTERSETORIAL DA OPERAÇÃO

A Operação Altas Temperaturas é realizada de forma **intersecretarial**, envolvendo a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC, a Secretaria Municipal da Saúde – SMS e a São Paulo Turismo – SPTURIS, com participação do Governo do Estado por meio da Sabesp.

As Tendas para Cuidados PET integram essa estrutura, compondo as ações da Secretaria Municipal da Saúde voltadas aos animais durante a operação.

No âmbito da SMS, o Plano de Contingência para Altas Temperaturas inclui a **Coordenadoria de Vigilância em Saúde – COVISA**, e, em sua estrutura, a **Divisão de Vigilância de Zoonoses – DVZ**, entre os setores com atuação relacionada às altas temperaturas.

4. FUNCIONAMENTO

As ações são desenvolvidas em pontos estratégicos do Município de São Paulo durante a Operação Altas Temperaturas.

As tendas da operação funcionam **das 10h às 16h**, oferecendo estrutura de apoio à população para proteção contra os efeitos do calor. Nas tendas da Saúde, são desenvolvidas ações destinadas aos animais, com **oferta de água e orientações aos tutores**.

A execução das ações deverá observar os critérios, períodos de acionamento e demais diretrizes estabelecidas para a Operação Altas Temperaturas do Município de São Paulo e para o Plano de Contingência para Altas Temperaturas da SMS.

5. AÇÕES DE CUIDADO E ORIENTAÇÃO

Durante a Operação Altas Temperaturas, as Tendas para Cuidados PET desenvolvem ações de suporte aos animais e orientação aos seus responsáveis.

As orientações divulgadas oficialmente pela Secretaria Municipal da Saúde para proteção dos animais durante períodos de altas temperaturas incluem:

- manter os animais em **local fresco e com espaço para abrigo do sol**;
- manter **água sempre disponível**;
- orientar os responsáveis a **evitar caminhadas com os animais nos horários mais quentes do dia**, priorizando períodos antes das 9h ou após as 17h.

Essas orientações integram as medidas de prevenção destinadas a reduzir os efeitos da exposição dos animais às altas temperaturas.

6. PONTOS DE ATUAÇÃO

Conforme organização vigente da Operação Altas Temperaturas, as Tendas para Cuidados PET estão distribuídas em 09 **pontos estratégicos do Município de São Paulo**:

1. **Sé** – Praça Fernando Costa;
2. **Santo Amaro/Cidade Ademar** – Praça Salim Farah Maluf;
3. **Capela do Socorro** – Praça José Boemer Rochel;

- 4. Santana** – Rua Zaki Narch, 153;
- 5. Vila Maria/Vila Guilherme** – Praça Novo Mundo;
- 6. Guaianases** – Rua Capitão Pucci, 38;
- 7. Itaquera** – Avenida Musgo de Flor com Avenida Imperador, sob o viaduto;
- 8. Mooca/Aricanduva** – Praça Kantura, 924 - Canindé;
- 9. Lapa/Pinheiros** – Rua do Curtume, s/n, esquina com Rua Guaicurus.

7. ARTICULAÇÃO COM O PLANO DE CONTINGÊNCIA

As Tendas para Cuidados PET constituem ação integrada à resposta municipal diante das altas temperaturas e complementam as medidas previstas no **Plano de Contingência para Altas Temperaturas da SMS 2026/2027**.

Sua atuação deverá acompanhar as diretrizes e os níveis de criticidade estabelecidos para o período de vigência do Plano, mantendo articulação com as demais ações da Secretaria Municipal da Saúde e da Operação Altas Temperaturas.

- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal da Saúde. *Operação Altas Temperaturas*. São Paulo: SMS, 2026.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal da Saúde. *Plano de Contingência para Altas Temperaturas da SMS 2026/2027*. São Paulo: SMS, 2026. Documento em elaboração.
- SÃO PAULO (Município). Portaria PREF nº 802, de 16 de abril de 2025. Plano de Contingência para Situações de Altas e Baixas Temperaturas 2025 e 2026.